

PNUD e CNJ trabalham na melhoria dos dados do Sistema de Estatística do Judiciário



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recebeu o primeiro relatório de trabalho relativo ao estudo dos dados processuais e estatísticos dos tribunais brasileiros. O trabalho, que visa aprimorar os dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) e aplicar soluções de inteligência artificial para ampliação do acesso à Justiça, é fruto de uma parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) e foi definida pelo Termo de Cooperação assinado entre os dois órgãos, no fim do ano passado. Além dos representantes do órgão internacional, participaram da reunião membros dos Departamentos de Pesquisas Judiciárias (DPJ) e do de Tecnologia da Informação e da Comunicação (DTI) do CNJ.

O diagnóstico apresentado na primeira reunião, realizada em 21/3, traz análise de dados encaminhados por três tribunais ao CNJ: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2-ES/RJ). Foram executadas ações de limpeza, saneamento e análise das bases de dados processuais. O resultado dessas

atividades contribuiu para detecção de anomalias na base de dados, dados faltantes e revelou dados fora dos padrões, não compatíveis com as informações publicadas oficialmente no relatório Justiça em Números, que é a principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário desde 2004.

Depois de reveladas inconsistências e anomalias dos dados analisados, foi definida agenda semanal para a criação de uma Solução de Inteligência Artificial nacional, que permitirá extrair de maneira mais consistente informações processuais do Poder Judiciário. Foram definidos três eixos, que deverão orientar as atividades. O primeiro deles é o desenvolvimento de uma solução de inteligência artificial, com algoritmos de machine le-

arning especificamente para dados apresentados do CNJ.

Outro eixo diz respeito à capacitação de profissionais da Justiça em tecnologia, para que projetem e gerenciem suas próprias soluções inteligentes; e, por último, a sistematização da experiência de desenvolvimento da capacitação, com registro de resultados e lições aprendidas, possibilitando o compartilhamento da experiência.

Desenvolvimento sustentável - O termo de cooperação assinado pelo CNJ prevê um esforço para concretizar as diretrizes da Agenda 2030, compromisso assumido em 2015 por 193 estados-membros das Nações Unidas em nome do desenvolvimento sustentável. No documento, os representantes dos países se comprometem a buscar atingir os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas. Entre elas, está o aprimoramento da atuação do Judiciário para a promoção de acesso a uma Justiça célere, eficaz e transparente.

O aperfeiçoamento da tecnologia nos tribunais acarreta mais celeridade na Justiça, aumento da disponibilidade de serviços ao cidadão, além de redução dos custos do Judiciário, devido à implementação de boas práticas em tecnologia da informação e comunicação (TIC) como a criação de estruturas de Governança e Gestão, criação de normas e até formalização de processos. (Fonte: CNJ)

Designados os membros para Comissão de Gestão do Teletrabalho na JF1

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região divulgou, mediante a Portaria Presi 7894543, a lista dos integrantes da Comissão de Gestão do Teletrabalho que atua no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Primeira Região.

De acordo com o documento, o juiz federal em auxílio à Presidência Rodrigo Navarro de Oliveira presidirá o grupo, que será composto por: a juíza federal em auxílio à Corregedoria Regional Maria Cecília de Marco Rocha; o diretor-geral do TRF1, Carlos Frederico Maia Bezerra; a diretora da Divisão de Saúde Ocupacional (Disao), Mônica Silva da Cunha; a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas (Secgp), Estela Maria Barbosa da Cruz; a diretora do Núcleo de Recursos Humanos da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), Juliana de Freitas Prevelato; a chefe da assessoria do gabinete do desembargador federal Carlos Pires Brandão e gestora de

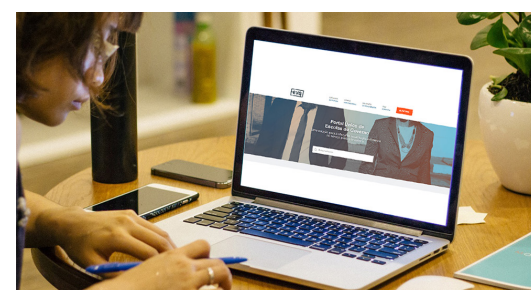
teletrabalho do 2º Grau, Andréa Martins Alves, e a diretora da Secretaria da 25ª Vara Federal da SJDF e gestora de teletrabalho do 1º Grau, Eloína Correa Gomes Moreira de Mendonça Telho.

Instituída pela Resolução Presi 6323305, que regulamenta o teletrabalho na Primeira Região, a Comissão tem a função de analisar os resultados apresentados pelas unidades participantes do teletrabalho e encaminhar ao presidente do Tribunal relatório anual dos resultados enviados.

Teletrabalho – De acordo com a Resolução, o teletrabalho é uma atividade laboral executada, em parte ou na totalidade, externamente às dependências do Tribunal, utiliza-se de informação e comunicação e visa aumentar produtividade e qualidade do trabalho de servidores, economizar tempo e reduzir custos de deslocamento.

Fonte: TRF1

Escola Virtual do Governo Federal oferece capacitação a distância a servidores públicos



A Escola Virtual de Governo (EV.G) é uma iniciativa que consiste em um conjunto de serviços disponibilizados em um Portal Único de Escolas de Governo. O Portal surgiu em 2017, como a proposta para superar a fragmentação dos serviços de hospedagem e gestão acadêmica, buscando garantir a continuidade dos serviços de capacitação a distância do serviço público e solucionar problemas estruturantes que tenham origem na oferta descentralizada de cursos.

Segundo aponta o artigo “Escola Virtual do Governo Federal: proposta de solução para a capacitação continuada a distância no serviço público federal”, de Natália Teles da Mota Teixeira e Bruno Pereira Pontes, a Administração Pública Federal é composta por 1,2 milhão de servidores públicos federais ativos e 96 instituições federais que oferecem serviços capacitação, das quais vinte compõem o Sistema de Escolas de Governo da União – Segu.

O artigo também afirma que, por meio do compartilhamento de infraestrutura, da centralização de catálogo de cursos e da unificação do histórico escolar e dados de execução, a solução de Escola Virtual permite economia de escala nos investimentos em educação a distância, e valor agregado a servidores e sociedade, sem prejudicar a autonomia na gestão de cursos e turmas das escolas associadas.

O Diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas (NucGP) da Seção Judiciária da Bahia, Fabrício Vampré de Oliveira Côrtes, ressalta a qualidade dos cursos oferecidos pela Escola Virtual do Governo e indica inicialmente que todos os magistrados, servidores e colaboradores se inscrevam nos cursos Planejamento Estratégico Para Organizações Públicas (40h), Introdução à Gestão de Processos (20h), Introdução à Gestão de Projetos (20h) e Gestão de Riscos no Setor Público (20h). A realização desses cursos gratuitos servirá de base para execução do planejamento estratégico de 2019.

A Seção de Desenvolvimento de Pessoal (SEDER) irá divulgar mensalmente por e-mail o resumo de cursos gratuitos que estão abertos em diversas plataformas. Sugestões de outras escolas virtuais, que tenham qualidade e credibilidade na sua atuação, poderão ser encaminhadas para nucgp.ba@trf1.jus.br.

Com informações do ENAP

Aniversariantes

Hoje: Márcia da Silva Sampaio (11ª Vara), Nilton Bérqson de Jesus (24ª Vara), Silvia Nogueira Lima de Santana (3ª Vara), Joel Luiz dos Santos Costa (4ª Vara), Dijamara Oliveira Campos Bitencourt (Feira de Santana), Lourdes Valéria Santiago Soares dos Santos (21ª Vara) e Dra. Márcia Regina Lopes Accioly de Almeida (Pro-Social). **Amanhã:** Ana Paula dos Santos Souza (Eunápolis), Lucianna Thereza de Andrade Nunes (NUCJU), Isa Perpétua da Silva (Alagoinhas), Célio Teles Fonseca Porto (NUBES), Fernanda Borges Alves de Sousa (Irecê), Daniel Gondim Pereira Anunciação (Itabuna) e Fernanda Brandão Bonfim (Turma Recursal).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.